

# UMA AMOSTRA DO TRATAMENTO CONCEDIDO ÀS CLASSES DE PALAVRAS NA TRADIÇÃO GRAMATICAL DO PORTUGUÊS

Maria Helena de Moura Neves

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / CNPq

**RESUMO:** Dentro de um estudo mais amplo do aparato que dirige o estabelecimento das classes de palavras na tradição da gramática, este estudo se centra no exame do tratamento da (sub)classe dos pronomes em dois grupos de manuais de gramática, de épocas diferentes. O cotejo se dirigiu especialmente pela noção geral que se tem de uma vinculação muito forte dos primeiros gramáticos com a lógica, e, na contraparte, de uma inserção das obras mais recentes no universo de uma ciência linguística, e, ao mesmo tempo, no universo de uma parametrização limitadora das ações e decisões.

**PALAVRAS-CHAVE:** gramática tradicional; classes de palavras; critérios de agrupamento; pronomes.

***ABSTRACT:** Within a broader study of the apparatus governing the establishment of word classes in grammatical tradition, this study is centered on examining the treatment of the (sub)class of pronouns in two grammar guide groups from different periods. The collation was especially oriented by the existing general notion of a very strong link of the first grammarians with logic and, as a counterpart, of an insertion of the most recent works in the universe of a linguistic science and, at the same time, in the universe of a parameterization limiting actions and decisions.*

***KEYWORDS:** traditional grammar; word classes; grouping criteria; pronouns.*

## **Introdução**

Todos quantos se tenham dedicado ao estudo das classes gramaticais, tal como vem sendo a questão codificada e exposta nos manuais de gramática, têm-se defrontado com problemas que chegam a tocar a própria taxonomia estabelecida.

Poderíamos perguntar-nos, já de início, por que as gramáticas não têm obtido, por exemplo, uma definição unívoca das classes de palavras. Se há críticas nesse sentido, devem elas dirigir-se aos manuais em particular, ou temos de ir questionar, mais fundamentalmente, o próprio critério de estabelecimento das classes de palavras, ou, ainda, o próprio estatuto de classes dessa natureza?

A categorização do léxico é uma operação básica do espírito humano. Não estranha que as atividades de reflexão e operação sobre a língua se resolvam, na maior parte das vezes, com a catalogação dessas entidades mais evidentemente autônomas na análise dos usuários da língua, que são as palavras.

A preocupação com o estabelecimento, definição e reconhecimento das classes de palavras está em toda a história das reflexões linguísticas. Tal conhecimento é considerado indispensável para o reconhecimento das funções, compondo-se nessa ligação um todo imprescindível para a apreensão do sentido da frase, embora isso não implique defender que a cada classe corresponde uma função. Pelo contrário, essa falsa ligação constitui um engano, que tem raízes históricas e que é altamente perturbador.

São diversas as críticas que vêm sendo feitas à classificação tradicional, considerada deficiente até para as línguas indo-europeias. Citem-se argumentos de Vendryès, Sapir, Jespersen, arrolados por Adrados (1969, p. 293-294) sobre o fato de a classificação basear-se em critérios muito diversos e pouco sustentados, por vezes falsos, e sobre o fato de ser realmente difícil delimitar o conteúdo das classes ou subclasses. Ocorre, ainda, que uma classe pode aceitar categorias de outras, e, também, que aquilo que uma língua expressa por uma classe outra língua pode expressar por outra. Há perfeita funcionalidade no fato de, em uma mesma língua, determinadas formas terem mais de uma função, e pertencerem, mesmo, a mais de uma classe.

Tudo isto, porém, considera Adrados (1969, p. 294), não deve levar-nos a prescindir do estabelecimento das classes de palavras, nem a dizer com Sapir que elas refletem não tanto nossa análise intuitiva da realidade, mas nossa habilidade para organizar essa realidade num certo número de esquemas formais, ou seja, com recurso a um artifício.

A descrição das chamadas **classes de palavras** é sempre apresentada, nos manuais, em maior ou menor profundidade. A descrição, normalmente, percorre o caminho que parte de uma definição nocional, passa pela classificação (tanto de base nocional como de base morfológica) e, no caso das classes flexionais, chega à descrição da morfologia flexional. A preocupação evidente é, pois, definir a categoria e empreender uma subcategorização, formando um quadro paradigmático que, aparentemente, dá abrigo a todas as entidades da língua. A

vinculação dessas entidades a seu papel semântico, e, na contraparte, a organização dessas mesmas entidades na estrutura frasal são questões em geral não consideradas no capítulo referente a cada classe gramatical, ou consideradas à parte, em descrições paralelas.

O que se pode dizer, afinal, é que, de um modo geral, não se tem sabido muito bem o que fazer com as classes de palavras na sistematização da gramática. Esse é, seguramente, o compartimento mais vulnerável da organização gramatical: em parte, talvez, porque procura dar estatuto categorial a unidades (as “palavras”) que não têm estatuto definido em qualquer dos estratos linguísticos, segundo o desenvolvimento da teoria; em parte, porque representa um desvinculamento metodológico dessas unidades de toda a série de funções em que cada uma delas concomitantemente atua; finalmente, porque a interpretação tradicional vem prescindindo de uma investigação do comportamento das classes de palavras vistas na sua relação com a unidade maior, que é a real unidade em função, o texto.

## **1. As obras em exame**

### ***1.1 O critério de agrupamento***

O projeto mais amplo a que pertence este estudo põe em exame 20 gramáticas representativas tradicionais que de algum modo abrigam o estabelecimento das classes de palavras na língua portuguesa. Essas obras vêm separadas em dois grupos, um de autores brasileiros do século XX (Grupo I) e outro de autores brasileiros e portugueses de épocas anteriores (Grupo II). É uma divisão arbitrária, que, no entanto, pode ter justificativa no fato de refletir significativamente a datação do desenvolvimento da ciência linguística<sup>1</sup>.

Quanto ao fato de estarem abrigados no Grupo II autores portugueses e brasileiros, enquanto no Grupo I há apenas brasileiros, a justificativa se apoia na consideração de que a tradição mais antiga abriga muito poucos autores brasileiros<sup>2</sup>, enquanto a partir do início do século XX contamos com diversas gramáticas brasileiras, que no geral passaram a ser muito mais consultadas do que qualquer gramática portuguesa.

---

1 Observe-se que João Ribeiro, cuja *Gramática Portuguesa – Curso Superior* teve a primeira edição em 1887, portanto no final do século XIX, foi incluído no Grupo I porque a edição usada, de 1933, é uma versão refundida pelo autor, que cita, no Prefácio, autores como Sousa da Silveira, Antenor Nascentes e Otoniel Mota.

2 Na amostra aqui oferecida, apenas Maximino Maciel e Júlio Ribeiro.

No Grupo I estão abrigadas 11 obras, que neste texto serão referidas como segue<sup>3</sup>:

AN – Antenor Nascentes  
AT – Artur de Almeida Torres  
BECH – Evanildo Bechara  
CO – Cândido Oliveira  
CEG – Cegalla  
CC – Celso Cunha  
ECP – Eduardo Carlos Pereira  
João R – João Ribeiro  
R Lima – Rocha Lima  
SA – Said Ali  
SL – Sousa Lima

No Grupo II estão abrigadas 9 obras, que neste texto serão referidas como segue<sup>4</sup>:

1. RL – Antonio José dos Reis Lobato, *Arte da gramática da língua portuguesa*; 1ª edição: 1770.
2. JSB – Jerônimo Soares Barbosa, *Gramática filosófica da língua portuguesa*; 1ª edição: 1822<sup>5</sup>.
3. AAC – Antônio Augusto Cortesão, *Nova gramática portuguesa*; 7ª edição: 1907<sup>6</sup>.

---

3 A escolha do modo de citação levou em conta, principalmente, o modo pelo qual o autor é mais conhecido. No caso de João Ribeiro e de Rocha Lima manteve-se o extenso ou no nome ou no sobrenome para não haver confusão com Júlio Ribeiro e com Reis Lobato, respectivamente, autores do Grupo II. A edição consultada vem apontada nas Referências Bibliográficas.

4 Do mesmo modo que na relação anterior, a edição utilizada vem apontada nas Referências bibliográficas no final do texto, devendo ser observado que a edição indicada é a mais antiga a que tive acesso. Devo fazer um agradecimento especial ao Professor Clóvis Barletta de Moraes que gentilmente pôs à minha disposição sua rica biblioteca, que conta com diferentes edições de todos esses autores examinados.

5 Segundo informação obtida de Clóvis Barletta de Moraes a obra foi concluída em 1803.

6 Diz C. B. MORAES (1986, p. 35-36): “Bento José de Oliveira publicou sua *Nova Gramática Portuguesa* em 1862. Ela teve vinte edições em vida do autor, tendo sido criticada por Leite Vasconcelos. Da obra de Antônio Augusto Cortesão se publicaram seis edições póstumas, emendadas e acrescentadas. A 26ª edição, que trazia indicação explícita de 6ª edição póstuma, tinha uma novidade: Cortesão, que foi um pioneiro lúcido e corajoso da simplificação da ortografia (...), já em 1904 ousava publicar sua obra – um livro escolar - na nova ortografia. A última edição saiu como sendo a 7ª, e traz apenas o nome de Cortesão.

4. ESD – Augusto Epifânio da Silva Dias, *Gramática portuguesa elementar*; 4ª edição: 1881<sup>7</sup>.
5. Júlio R – Júlio Ribeiro, *Gramática portuguesa*; 1ª edição: 1881.
6. AC – Adolfo F. Coelho, *Noções elementares de gramática portuguesa*; 1ª edição: 1891.
7. MM – Maximino Maciel, *Gramática descritiva*; 2ª edição: 1894.
8. RV – Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *gramática portuguesa*; 1ª edição: 1898.
9. CR – Ernesto Carneiro Ribeiro, *Serões Gramaticais*; 1ª edição, 1890.

### ***1.2. A metodologia de exame.***

Na pesquisa completa cada classe de palavra foi examinada separadamente, e segundo cada um dos grupos de autores. As formulações dos autores foram observadas no modo de conceituação – em geral na definição – de cada classe (e subclasses, quando pertinente), buscando-se, ao final, um cotejo das formulações dos dois grupos, para avaliação dos critérios de definição e de classificação segundo a época, e diretrizes implicadas.

### ***1.3 A natureza da amostra apresentada.***

Neste artigo, a atenção se dirige à híbrida classe dos pronomes, e a escolha se faz exatamente por essa característica de multiplicidade, a qual permite reflexões sobre as diretrizes de categorização. A partir daí são pertinentes incursões por algumas classes em cuja conceituação se reconhece alguma intersecção com conceitos ligados à classe pronominal. São elas, especialmente, o substantivo, o adjetivo, o numeral, o artigo, e, obviamente, a superclasse dos nomes, reconhecida por alguns dos estudiosos, particularmente os do Grupo II.

## **2. Reflexões sobre a conceituação das classes em exame e sobre as subclassificações.**

### ***2.1 Nome, substantivo, adjetivo, numeral e artigo.***

No caso dessas classes, firmemente relacionadas, há um desencontro entre os mais antigos e os mais recentes, no estabelecimento de taxonomias. Por isso,

---

7 A 1ª edição dessa gramática é de 1876. Na 2ª edição, revista (Porto, Livraria Moré), a obra tomou a forma que conservou nas edições posteriores; o título era *Gramática Portuguesa* (Informações pessoais obtidas do Professor C. B. Moraes).

o exame das definições ocorrentes nas obras mais antigas (Grupo II) não pode ser considerado sem que se verifique qual extensão possui, nos diversos autores, cada classe examinada, porque ela é variada. Nesse sentido, o estudo mais amplo de que este artigo é amostra buscou estabelecer um recorte do campo que permitisse identificar o estatuto dessas quatro (sub)classes de palavras nos autores mais antigos. Neste texto apenas se invocam indicações pertinentes à amostra de exame que se propõe apresentar.

Por aí se entende a necessidade de que estas considerações se abram com alguma incursão pelo oferecimento dessa ampla classe que, no Grupo II, a maioria dos autores chama **nomes**.

Apresentam explicitamente uma classe dos nomes, ou permitem que ela seja pressuposta, seis desses nove autores mais antigos aqui considerados: RL, JSB, AC, AAC, ESD e RV. Para os quatro primeiros, nessa ordem de citação, a classe só tem duas subclasses, a dos substantivos e a dos adjetivos, e para ESD há uma terceira subclasse, a dos numerais. RV faz uma compartimentação bipartida completamente diferente, indicando como subclasses os **nomes de qualidade** (ou, simplesmente, **nomes**) e os **nomes de quantidade** (ou **nomes numerais**).

Definem a classe **nome** apenas dois desses autores: para RL, nome é a “voz com que se nomeiam as coisas, e suas qualidades” (p. 9), e, para RV, nomes são “palavras que empregamos no discurso para nomear ou designar – pessoas, animais, seres ou objetos de qualquer natureza; qualidades ou propriedades, ações, estados, quantidades” (p. 44). Vê-se, pois, que em RL já fica pronunciada a subclassificação em nomes substantivos e nomes adjetivos, e que em RV fica assentada a subclassificação em nomes de qualidade (ou, simplesmente, nomes) e nomes de quantidade (ou nomes numerais). Os outros quatro autores que estabelecem a classe dos nomes identificam substantivos e nomes substantivos, e, por outro lado, adjetivos e nomes adjetivos. ESD ainda identifica numerais e nomes numerais. JSB, além disso, usa **nome** como gênero para diferenciação específica tanto na definição de substantivo como na de adjetivo.

No Grupo II, como se indicou, não partem de uma macroclasse **nome** para o estudo apenas três gramáticos: CR, Júlio R e MM. Para CR e Júlio R **nome** é só o substantivo, que Júlio R define como “nome de um objeto, de uma cousa” (p. 58). Para MM, “a velha divisão clássica em nome, verbo e partículas” não está acorde “com as condições atuais das línguas” (p. 116).

Para observar a definição de substantivo, partamos do Grupo I, no qual todos os autores apresentam definições nocionais, sem nenhuma indicação de outra ordem. O conceito comum para **substantivo** é o de nominação, mas **nome**

não é, em geral, o gênero próximo sobre o qual se faz a diferenciação específica. Apenas SA (e seu seguidor BECH) usam o gênero **nome** na definição, e CO traz uma definição às avessas: “Tudo o que tem nome é substantivo” (p. 155), de onde, aliás, curiosamente se deduz que, para ele, *substantivo* é o referente, não o nome.

No Grupo II as definições também são nocionais, mas, como se verá, a seguir, nas referências ao tratamento desses autores para a (sub)classe **adjetivo**, as denominações **substantivo** e **adjetivo** são frequentemente e tranquilamente usadas para referência a funções. JSB acrescenta à definição nocional uma indicação aparentemente funcional, embora, pelo que se conhece da direção geral da obra, não se possa deixar de depreender o componente lógico subjacente à indicação.

Entre os autores do Grupo I, não reconhece uma classe de **adjetivos** apenas João R, que, entretanto, indica uma classe de **qualificativos**, na qual estão aquelas palavras que servem “para qualificar objetos” (p. 77), e indica uma classe de **determinativos**<sup>8</sup> na qual estão os demais elementos que os autores em geral, bem como a atual Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), chamam **adjetivos**.

O critério usado pelos autores desse grupo é quase exclusivamente nocional. Todos eles apontam que o adjetivo indica “qualidade(s)”, e dois deles (CO e SL) se limitam a apontar tal indicação qualificativa da classe. Os outros nove autores especificam mais detidamente quais noções o adjetivo “expressa”, “exprime”, “denota”, “indica”, em relação ao substantivo a que ele se junta noções, aliás, bastante diversas: são “estado(s)”, “propriedade”, “característica(s)”, “condição(ões)”, “situações”, “modo de ser”, “aparência”, “aspecto”, “defeito”, “circunstância externa de existência”. A única indicação distribucional, e bem vaga, é feita por R Lima.

Quanto à conceituação de adjetivo no Grupo II, cabe observar a proposição de extensão e compreensão muito diferentes para essa (sub)classe, nos diversos autores. A concepção mais discrepante e mais antiga é a de RL, que inclui na classe dos adjetivos **pronomes** e **participios**. CR, por sua vez, considera o adjetivo uma espécie pertencente à classe dos **modificativos**, ao lado do verbo e do advérbio.

Para ESD, a subclasse **adjetivo** só abriga os qualificativos ou “adjetivos propriamente ditos”. É ao tratar dos pronomes que esse autor fala dos demais adjetivos:

---

8 Essa é uma classe geralmente proposta para abrigar grande contingente dos elementos comumente referidos como **pronomes**, o tema desta amostra de estudo.

para ele, a palavra **adjetivo**, “tomada em sentido amplo”, compreende, além dos adjetivos qualificativos, ou “adjetivos propriamente ditos”, os adjetivos determinativos, que são os nomes numerais, e são também os pronomes, “quando entram no discurso como adjetivos” (p. 15). Isso significa tomar **adjetivo** como função, o que é, realmente, a tônica entre os que o postulam como subclasse de **nome**.

RV diz explicitamente que **nome** é classe (p. 43), enquanto **nomes de qualidade** (ou, simplesmente, **nomes**) e **nomes de quantidade** (ou **nomes numerais**) são subclasses (p. 43), e enquanto **adjetivo** e **substantivo** são funções: “O mesmo nome pode muitas vezes ser aqui substantivo, ali adjetivo, seguindo a função especial que desempenhar no discurso.” (p. 46). Assim, **substantivo** e **adjetivo** recortam tanto a subclasse dos **nomes de qualidade** (ou, simplesmente, **nomes**) como a dos **nomes de quantidade** (ou **nomes numerais**). Essas funções se interseccionam, pois, com a subclassificação que vem proposta “por conveniência de método” (p. 44), e que tem base semântica, a partir da definição, também nocional, da classe dos nomes. Quanto às funções (a substantiva e a adjetiva), assim são elas definidas: os substantivos afetam no discurso, “uma significação que só poderá subsistir, quando aplicada a algum ser ou objeto, que se designa em separado” (p. 45).

Júlio R, embora estabeleça **substantivo** e **adjetivo** como classes, não estando, pois, no rol dos autores que postulam a classe **nome**, com subclassificação, sua concepção de adjetivo, bem como a de substantivo e a de pronome, é também funcional. Diz ele: “O que caracteriza terminantemente o adjetivo, e o discrimina de qualquer outra espécie de palavras, é a circunstância de andar sempre ligado a um substantivo ou pronome, na qualidade de atributo ou predicado.” (p. 64). A seguir diz o autor que, se o adjetivo vem a “preencher outra função, isto é, a figurar por si só, quer de sujeito, quer de complemento direto, quer enfim de complemento indireto, ele deixa de ser adjetivo para assumir qualificação diversa” (p. 64). Diz, ainda: “neste novo estado, os descritivos passam a ser tidos como substantivos e os determinativos como pronomes” (p. 64).

JSB, por sua vez, fala em “função” adjetiva, mas diz do adjetivo que ele “não exprime senão certas qualidades e ideias acessórias que supõem sempre outra ideia principal, na qual como em sujeito possam existir, e a quem sirvam de atributo para modificar” (p. 95-96).

O que se observa, no geral, é que, embora **adjetivo** seja, em geral, termo atribuído a uma função (dos nomes), as definições da (sub)classe são nocionais porque o que se define é o “**nome**” **adjetivo**. Assim, exatamente por sua inclusão entre os nomes, o adjetivo recebe uma definição nocional, que apenas se complementa com as indicações funcionais.

É muito grande a abrangência da classe dos adjetivos em alguns autores do Grupo II<sup>9</sup>, por isso a proposição de subclasses é bastante ampla e variada<sup>10</sup>. Não é pertinente, aqui, a observação de cada proposta, entretanto deve-se observar que a (sub)classe dos adjetivos abrange: os numerais em quase todos os autores<sup>11</sup>; também os artigos em CR, MM e JSB<sup>12</sup>; e os pronomes em JSB<sup>13</sup>.

É praticamente impossível tentar visualizar em um quadro geral a comparação da conceituação de **adjetivo** entre os autores do Grupo I e os do Grupo II, principalmente em razão da diferença existente dentro de cada Grupo quanto à extensão e à compreensão da classe. Aliás, como se viu, nem para todos esses autores, **adjetivo** é classe de palavras.

Quanto ao artigo, seu tratamento é bastante diferente entre os dois grupos, e é no Grupo II que ele faz intersecção com o adjetivo e o com pronome.

Nos autores do Grupo I, a indicação mais geral refere-se ao fato de que o critério distribucional é utilizado por todos eles, já que o artigo tem posição fixa. Além disso, 50% dos manuais desse Grupo trazem à formulação as noções semânticas de “definição” e “indefinição”. BECH, que apenas faz a indicação distribucional, entretanto também prenuncia, na definição, a subclassificação dos artigos.

---

9 AC não faz subclassificação. Também não a faz RV, coerentemente com a sua concepção de **adjetivo**, como função. RL, por sua vez, também não faz uma subclassificação completa, mas, em capítulo à parte, arrola “algumas espécies do nome adjetivo”: numeral, pátrio, gentílico, positivo, comparativo e superlativo (p. 30-31); são especificações que vêm acompanhadas de definições nocionais. Para ESD, por outro lado, “adjetivos propriamente ditos” são só os qualificativos.

10 Quanto à variação de nomes para as subclasses, o termo **qualificativo** é usado por CR e por AAC (que também usa **atributivo**). Júlio R usa **descritivo**, mas diz, em nota, que “esse adjetivo se chama também qualificativo” (p. 61). MM diz que o termo **descritivos** bem como o termo **designativos** “estão mais de acordo com a gramática moderna que os termos **qualificativos** e **determinativos** (p. 123-124), que “apenas têm por si o longo uso” (p. 124). Usam o termo **determinativo** CR, Júlio R, AAC e JSB. Para os chamados **qualificativos** / **descritivos** / **atributivos**, JSB não usa termo genérico, apenas os chama de **explicativos** e **restritivos**, que, afinal, são nomes das espécies.

11 AC não faz subclassificação. Também não a faz RV, coerentemente com a sua concepção de **adjetivo** como função. RL, por sua vez, também não faz uma subclassificação completa, mas, em capítulo à parte, arrola “algumas espécies do nome adjetivo”: numeral, pátrio, gentílico, positivo, comparativo e superlativo (p. 30-31); são especificações que vêm acompanhadas de definições nocionais. Para ESD, por outro lado, “adjetivos propriamente ditos” são só os qualificativos.

12 Em CR, os artigos são os “indicativos”, “definitos” ou “puros”.

13 Como o faziam Dionísio o Trácio e Apolônio Discolo (NEVES, 2005, p. 166-167 e p. 189, respectivamente), JSB chama **primitivos** aos pronomes pessoais, e **derivados** aos possessivos.

Entre os autores do Grupo II, apenas RL, AAC, Júlio R e AC tratam o artigo como classe, e não como subclasse, devendo-se acrescentar que RL e Júlio R abrigam sob o rótulo **artigo** apenas o que hoje se chama **artigo definido**.

Nesse grupo II, CR, JSB e MM abrigam os artigos entre os adjetivos chamados **determinativos**, que são os que não qualificam. Dois autores abrigam os artigos na classe **pronome**: ESD considera que “o artigo definido pertence rigorosamente à classe dos pronomes demonstrativos (e, originariamente, é o mesmo que o pronome demonstrativo *o, a, os, as*) e o artigo indefinido à classe dos pronomes indefinidos” (p. 36); RV abriga os artigos entre os pronomes, para dizer, no tratamento da subclasse dos pronomes demonstrativos, que “*o*, quando exerce a função de adjetivo, chama-se artigo definido” (p. 63), e, no tratamento da subclasse dos pronomes indefinidos, que “este mesmo pronome indefinido *um*, quando adjetivo, é vulgarmente denominado **artigo indefinido**” (p. 65). Verifica-se, pois, que, em RV, **pronome** é classe, e **adjetivo**, mais uma vez, é função.

Quanto à definição, verifica-se que, enquanto 100% dos autores do Grupo I se prendem ao critério distribucional (a anteposição dos artigos), apenas 3 autores do Grupo II usam esse critério. JSB, por seu lado, mais uma vez não foge à sua preocupação com a função.

## 2.2 *Pronome.*

Em relação a esta classe de palavras em particular, tem pertinência, para o Grupo I, a consideração da existência de comprometimento do autor com a NGB, já que tal ligação interfere na própria delimitação da classe.

Dentre os autores desse Grupo, observe-se, primeiramente, que SS não traz definição, e que SL não define a classe geral dos pronomes, define somente as subclasses dos pronomes pessoais e dos determinativos. Quanto à definição da classe, CC é o único que não usa o critério referencial, e João R restringe a esse critério a sua definição. Verifica-se que os autores não comprometidos com a NGB (ECP, FC, João R e SA) apresentam maior variação nos seus critérios de definição. Aliás, em relação aos autores desse grupo, um importante observação é que a formulação de SA é bastante rastreada, e alguns – AAT, CO e R Lima – preferem, mesmo, citar (entre aspas) a definição do autor.

Quanto aos autores do Grupo II, apenas Júlio R, MM e RL se restringem ao critério distribucional, a grande maioria define o pronome combinando dois ou três critérios: o nocional e o referencial (AC e CR); o funcional, o referencial e o distribucional (AAC); o nocional, o referencial e o funcional (JSB). Afora CR e JSB, não se oferecem indicações nocionais, propriamente ditas;



Verifica-se que, no caso dos autores comprometidos com a NGB, a padronização é total. É interessante observar que coincide com essa organização pós-NGB a subclassificação feita por SA e SL, cujas obras são anteriores a ela.

O Quadro 2 mostra a subclassificação de pronomes feita pelos autores do Grupo II.

**Quadro 2 – Subclassificação dos pronomes (Grupo II)**

	AC	AAC	CR	JSB	Júlio R	MM	RL	RV		
Adjetivos determinativos	Articulares		x			x				
	Demonstrativos	x	x	x	x	x				
	Possessivos	x	x	x	x	x				
	Relativos	x								
	Conjuntivos	x	x	x	x					
	Indefinidos	x	x	x	x	x				
	Interrogativos				x					
	Distributivos					x				
Pronomes adjetivos	Demonstrativos	x				x	x	x		
	Possessivos	x				x	x	x		
	Relativos	x					x			
	Conjuntivos	x			x					
	Indefinidos	x				x	x	x		
	Interrogativos	x					x	x		
	Distributivos	x				x				
Pronomes substantivos	Pessoais	x	x	x		x	x	x		
	Demonstrativos	x	x			x	x	x		
	Possessivos	x	x				x	x		
	Relativos	x	x				x	x		
	Conjuntivos	x	x			x				
	Indefinidos	x	x			x	x			
	Interrogativos	x						x		

Observe-se, em primeiro lugar que AC, na verdade, não usa os termos **substantivo** e **adjetivo** para subclassificar os pronomes, preferindo falar em **pronomes absolutos** (que se empregam separados dos substantivos) e **pronomes ligados** (que se empregam ligados a substantivos) respectivamente. De várias subclasses, porém, ele diz que “empregam-se como os adjetivos e também como os substantivos” (p. 9-10). O que AC chama **determinativos** são *tal*, *mesmo* e *tanto*, que “determinam de modo especial os substantivos a que se referem” (p. 10).

O fato mais importante no tratamento dos pronomes nesses autores mais antigos refere-se à interferência da consideração de duas funções para os pronomes (como ocorre com os nomes): a substantiva e a adjetiva. Falam, explicitamente, disso RV, ESD, RL, Júlio R e MM.

A diversidade de proposições torna válida uma observação individualizada dos autores, o que se faz resumidamente a seguir.

RV distingue **pronomes substantivos** de **pronomes adjetivos** conforme eles substituírem, no discurso, um **nome substantivo** ou um **nome adjetivo**, respectivamente.

ESD fala de “pronomes como substantivos”, dando como exemplos *isto* e *aquilo*, e em “pronomes como adjetivos”, dando como exemplos “*estas crianças*” e “*aqueles vidros*” (p. 15).

RL diz dos pronomes: “Todos são adjetivos, tirando *Eu*, *Tu*, *Si*, que a opinião comum dos Gramáticos julga substantivos” (p. 33). Os pessoais estão incluídos nos demonstrativos.

JR também chama **substantivos** aos pronomes pessoais. Diz ele que o pronome substantivo é “o que está em lugar do substantivo sem limitá-lo por maneira nenhuma, ex.: *Ele fala* em vez de – *Pedro fala*” (p. 65), e que “o pronome adjetivo é o que está em lugar do substantivo, limitando-o ao mesmo tempo de alguma maneira, ex.: *este relógio é bom*, *aquele é ruim*”, onde “o pronome *aquele* está em lugar do substantivo *relógio*, e ao mesmo tempo limita-o, indicando a distância em que se acha a cousa que ele representa” (p. 65). Depois de subclassificar os pronomes adjetivos (demonstrativos, distributivos, conjuntivos, possessivos e indefinidos, (p. 66), Júlio R diz: “O pronome adjetivo (...) nada mais é do que o adjetivo determinativo empregado na sentença sem substantivo claro. Todavia nessa classe há pronomes essenciais que não são empregados como adjetivos, isto é, que não podem ser construídos com substantivos” (p. 66). Na relação estão: “os demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo*”; “os conjuntivos *que*, *quem*, *o que quer que*, *quem quer*, *quem quer que*”; “os indefinidos *al*, *algo*, *alguém*, *beltrano*, *fulano*, *homem*, *nada*, *ninguém*, *outrem*,

*sicrano, tudo*” (p. 66). O autor faz, ainda, uma observação: “Que nas frases interrogativas exclamativas emprega-se também adjetivamente, ex.: *Que homem aquele? Que mulher!*” (p. 66).

MM diz dos pronomes: “dividem-se em pronomes *substantivos* e pronomes *adjetivos*; estes são acidentais; aqueles essenciais” (p. 131). E, a seguir: “Os pronomes substantivos substituem sempre os nomes, pois não exercem outra função, ex.: *eu, ele, tu, nós, eles, ninguém.*” (p. 131). Por outro lado, os pronomes adjetivos “não substituem propriamente o nome, mas apenas lhe evitam a repetição, ex.: este homem e *aquele*, teu livro e o *meu*” (p. 131); constituem eles “uma função dos adjetivos designativos” (p. 131). Citando Grivet, diz MM que “até os próprios numerais têm igualmente força pronominal, ex.: eu tenho *um* livro e tu *dois.*” (p. 131). Verifica-se, aí, que o pronome é caracterizado como substituto<sup>14</sup>, para depois falar-se, no caso dos pronomes adjetivos, em “não substituir propriamente”. (p. 131). Na verdade, o critério “substituição”, que é sintático-distribucional, não poderia ser referido propriamente a **pronome**, apenas a **substantivo** e a **adjetivo**, o que significa que fica por definir, realmente, a “classe” dos pronomes.

JSB não faz dicotomização de tal tipo porque considera os pronomes – que, para ele, são só os pessoais (primitivos e derivados) – entre os adjetivos determinativos de qualidade especiais pessoais, “chamados pronomes” (p. 104). Isso significa que os outros adjetivos determinativos de qualidade especiais, que não os pessoais (os chamados **demonstrativos**), e que os adjetivos determinativos de quantidade (que abrangem, por exemplo, os que hoje chamamos **pronomes indefinidos**) não são considerados pronomes.

CR também afirma que somente os pessoais merecem a denominação **pronomes**, “pela razão se serem esses os únicos que designam determinada mente os seres pela ideia de sua pessoa, sendo redundante o epíteto *pessoais*, por isso que todos o são em rigor” (p. 307). Ele classifica como **substantivos comuns sintéticos**, ou **genéricos**, os pronomes: *isto, isso, aquilo, tudo, nada, algo, al, quem, alguém, ninguém, outrem, fulano, sicrano* e, em certos casos, *o* e *tal*. Tratando dos adjetivos, que separa em **determinativos** e **qualificativos**, CR inclui entre os últimos: *que (que gente!); qual* (sem anteposição de *o, a, os, as*); *um, uma* (“Deus é *um*”; “A verdade é sempre *uma*”); *tal; vário, diverso, diferente* (“o *vário* pintassilgo”).

Júlio R separa **adjetivos determinativos** e **pronomes adjetivos**, observando que estes nada mais são do que os determinativos empregados na sentença

14 O próprio título do item **Pronome** tem como subepígrafe: “Palavra de substituição”.

sem substantivo claro. Acrescenta, porém, nesta classe, os **pronomes essenciais** que não são empregados como adjetivos: *isto, isso, aquilo* (demonstrativos); *que, quem, quem quer, o que quer que* (**conjuntivos**); *al, algo, alguém, ninguém, nada, tudo* (**indefinidos**). O distributivo *cada* é sempre adjetivo determinativo, e se enquadra entre os indefinidos.

Para AAC, “os determinativos podem empregar-se com o valor de pronomes, isto é, valendo por substantivos”. Ex.: “Entre tantos livros, há *alguns* que não prestam” (p. 15). Para esse autor os pessoais se incluem entre os demonstrativos.

Em CR e JSB os demonstrativos abrangem os conjuntivos. Estes, por sua vez, abrangem os interrogativos, em JSB, mas não em CR, que coloca os interrogativos na classe dos adjetivos (subclasse dos qualificativos). AAC chama aos relativos, também, **conjuntivos**. Para Júlio R, **conjuntivos** não são só os relativos, pois nessa subclasse se incluem, como já se viu, expressões como *o que quer que, quem quer*. Os **determinativos** de AC são *tal, outro, mesmo, tanto*.

MM chama “pronome articular” ao artigo definido “sempre que substitui na proposição um substantivo anteriormente expresso”. O exemplo é “Este livro, melhor que o (livro) que compraste não é o (livro) de tua irmã” (p. 133).

Uma nova organização – bastante variada – de subclassificações feitas pelos autores do Grupo II para os pronomes, independentemente, agora, de função substantiva ou adjetiva, está no Quadro 3:

**Quadro 3 – Subclasse dos pronomes independentemente de função (Grupo II)**

	Pessoais	Possessivos	Demonstrativos	Relativos	Interrogativos	Indefinidos	Recíprocos	Distributivos	Conjuntivos	Determinativos	Articulares
AC	x	x	x	x	x	x	x			x	
AAC	x		x	x		x					
CR	x	x	x			x			x		x
ESD	x	x	x	x	x	x					
Júlio R	x	x	x			x		x	x		
MM	x		x	x		x					
RL		x	x	x	x		x				
RV	x	x	x	x	x	x	x				

## Considerações finais

Especialmente no que diz respeito aos manuais contemporâneos, que constituem, em geral, obras do tipo “escolar”, pode-se dizer que a maioria deles traz definições que, de um lado, são complicadas demais, porque transferem para uma obra destinada a consulta não especializada conceitos que envolvem lógica e filosofia, e, de outro lado, são simplificadas demais, porque ignoram os diferentes sistemas da língua realizados como representações estruturais. A consequência é que, na definição de cada entidade, seleciona-se a caracterização que se considera seja a mais facilmente assimilável, mas, em seguida, considerada insuficiente (ou passível de complemento), tal definição tem de ser completada com acréscimo de especificações que, formalmente, se apresentam como definidoras, mas que, conceptualmente, não têm validade, e, ainda, operacionalmente, constituem simples recursos para reconhecimento formal das entidades, no curso da exercitação que se pretende.

Na verdade, aqui não se interpretam propriamente, as diferenças de formulação entre os autores mais antigos e os (quase) contemporâneos, entretanto fica claramente verificado que a unificação de nomenclatura que a NGB propiciou não se fez sem perda da reflexão sobre os fatos da língua, aqui, em especial, sobre a base de estabelecimento de taxonomias. Ora, estabelecido um recorte de campo único e imutável, os critérios de consideração tiveram de adaptar-se a nichos rigidamente estipulados, o que ocasionou alguma perda da reflexão pessoal dos autores sobre os fatos da língua. Assim, por exemplo, em muitos compartimentos da sistematização gramatical a semelhança de formulação e de análise entre os contemporâneos torna supérflua a consideração de mais de um manual para se prover formação ou informação para os professores de Língua Portuguesa, ou para os usuários em geral; por exemplo, pode-se considerar praticamente sem finalidade o exame de subclassificações (e suas decorrências) nesses autores, já que elas representam, no geral, a reprodução dos quadros da NGB. A perda de espaço de reflexão resultante da subordinação a um quadro fixo de entidades levou inevitavelmente a certa superficialidade das conceituações, e, até, a certa incoerência de critérios, por exemplo a consideração de **substantivo** e de **adjetivo** como classes, mas, a seguir, de **substantivo** e de **adjetivo** como funções (por exemplo, na subclassificação dos **pronomes**).

Afinal, nos manuais pós-NGB se verifica uma simplificação que não traz contraparte interessante, o que ocorre exatamente numa fase em que as conquistas da Linguística poderiam favorecer uma consideração menos comprometida com a lógica e mais científica do que a da tradição greco-latina. E,

afinal, dentro das peias oficiais de base, as formulações nem se desvinculam do que a tradição possa representar de desvantagem nem se enriquecem com os princípios seguros que a ciência linguística pode oferecer, atualmente, às reflexões.

Ora, se os autores mais antigos escancaram seu tributo às noções de uma pré-ciência para a linguagem, por outro lado a própria discrepância de considerações que os diversos autores exibem – aqui verificada apenas para a consideração da natureza da classe dos pronomes, e refletida na sua subclassificação – permite observar muito maior esforço de reflexão e de análise na base das propostas que se oferecem, concorde-se ou não com elas.

### Referências bibliográficas

- ADRADOS, F. *Lingüística estrutural*. Madrid: Gredos, 1969.
- BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1822.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 11ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 12ed. São Paulo: Nacional, 1971.
- COELHO, A. F. *Noções elementares de gramática portuguesa*. Porto: Lemos & Cia. Editores, 1891.
- CORTESÃO, A. A. *Nova gramática portuguesa*. 7ed. Coimbra: F. França Amado Editora, 1907.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 5ed. revista. Belo Horizonte: Edição Bernardo Álvares, 1975.
- DIAS, A. E. S. *Gramática portuguesa elementar*. 4ed. revista. Lisboa: Livraria Escola de A. Ferreira Machado & Cia, 1881.
- HJELMSLEV, L. *Princípios de gramática general*. Versión española de F. P. Torre. Madrid: Gredos, 1976.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 17ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.
- LIMA, M. P. de S. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.
- MACIEL, M. *Gramática descritiva*. 11ed. aumentada e refundida. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1928.
- MORAES, C. B. Gramáticas portuguesas. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática*. SériEncontros. v. I. n. 1. Araraquara: UNESP, 1896, p. 35-42.

- NASCENTES, A. *O idioma nacional*. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2ed. revista. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- OLIVEIRA, C. *Revisão gramatical*. 12ed. São Paulo: Gráfica Biblos Editora, s.d.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. 113ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958. Curso Superior.
- RIBEIRO, E. C. *Serões gramaticais*. Bahia: Livraria Catilina, 1890.
- RIBEIRO, João. *Gramática portuguesa*. Curso Superior. 22ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.
- RIBEIRO, Julio. *Gramática portuguesa*. 1ed. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1881.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
- TORRES, A. de A. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 9ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- VASCONCELOS, A. G. R. *Gramática portuguesa*. Paris, Lisboa: Guilhard, Aillaud, 1898.